

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
ABREVIACÕES	13
CAPÍTULO 1. O CONCURSO DE PRETENSÕES TRIBUTÁRIAS E OS TRATADOS INTERNACIONAIS.....	21
Introdução.....	21
1.1. Soberania, territorialidade e elementos de conexão	21
1.2. O concurso de pretensões tributárias	29
1.3. Dupla tributação jurídica e dupla tributação econômica.....	32
1.4. Formas de dupla tributação da renda	34
1.4.1. Sobreposição entre residência e fonte	34
1.4.2. Sobreposição entre residência e residência	34
1.4.3. Sobreposição entre fonte e fonte.....	35
1.5. Os efeitos nocivos da dupla tributação	36
1.6. Fontes do direito internacional	37
1.7. O histórico dos acordos de bitributação	39
1.8. A terminologia dos tratados internacionais	46
1.9. Os tratados internacionais e o papel da União Federal	49
1.10. A relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno.....	52
1.11. O procedimento para a execitoriedade doméstica dos acordos de bitributação no direito brasileiro.....	58
1.12. Negociação entre as autoridades competentes dos países envolvidos e assinatura do texto final.....	59
1.12.1. Aprovação pelo Congresso Nacional	61
1.12.2. Ratificação	62
1.12.3. Promulgação e publicação.....	63
1.12.4. A extinção e a denúncia do tratado internacional	64
1.13. Tratados internacionais sobre direitos humanos	67

1.14. A vinculação dos acordos de bitributação com os direitos humanos.....	68
1.15. A posição dos tratados em matéria tributária e o artigo 98 do Código Tributário Nacional	69
1.16. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	74
1.17. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e o critério da "lex specialis" ...	77
1.18. O tratado como um limite à jurisdição do Estado	81
1.19. O efeito negativo dos acordos de bitributação e a máscara de Klaus Vogel ...	82
1.20. <i>Treaty override</i>	85
1.21. <i>Treaty dodging</i>	87
1.22. <i>Hermeneutic override</i>	92
 CAPÍTULO 2. O PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO DOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO	 95
2.1. A importância do procedimento de negociação dos acordos de bitributação...	95
2.2. A identificação da necessidade do acordo de bitributação e a seleção dos países-alvo	96
2.3. A competência para negociação de tratados internacionais	97
2.4. Os contatos preliminares e o procedimento de negociação	99
2.5. A escolha da Convenção Modelo para a negociação do acordo de bitributação	104
2.6. A língua oficial – influência na negociação e na interpretação	113
 CAPÍTULO 3. A INTERPRETAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS E A CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS	 117
3.1. Noções gerais sobre interpretação jurídica.....	117
3.2. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.....	119
3.3. O voluntarismo versus o objetivismo na Conferência de Viena	122
3.4. As regras de interpretação na CVDT	124
3.5. O papel da boa-fé na CVDT	124
3.6. O sentido comum dos termos (artigo 31 da CVDT)	127
3.7. O contexto na CVDT	129
3.8. Os "parallel treaties"	136
3.9. O objetivo e a finalidade.....	139
3.10. O sentido especial dos termos	145
3.11. Os meios suplementares de interpretação	147
3.12. O reenvio integrativo ao direito interno.....	149
3.12.1. Reenvio estático ou dinâmico ao direito interno	154

CAPÍTULO 4. COMPETÊNCIA QUALIFICATÓRIA E AS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS ESTADOS	157
4.1. A divergência entre interpretação e qualificação.....	157
4.2. A diferença entre conflito de classificação e conflito de qualificação.....	158
4.3. O reenvio ao direito interno, à interpretação autônoma e a competência para qualificação no direito tributário internacional	163
4.3.1. A interpretação autônoma.....	163
4.3.2. A qualificação pela <i>lex fori</i>	166
4.3.3. A qualificação pelo Estado da fonte	168
4.3.4. A qualificação pelo Estado da residência	170
4.3.5. A teoria da competência qualificatória exclusiva na concepção de Alberto Xavier.....	170
4.4. A solução proposta pela OCDE para os conflitos de qualificação – O <i>new approach</i> na interpretação do artigo 23 da CM OCDE.....	172
4.5. Requisitos para a aplicação da nova abordagem da OCDE.....	180
4.6. As críticas ao <i>new approach</i> da OCDE e as controvérsias não solucionadas.....	184
4.7. Aplicação estática ou dinâmica da nova abordagem da OCDE.....	203
4.8. A solução para os conflitos de qualificação	207
4.9. A irrelevância da existência de dupla tributação da renda para a aplicação dos acordos de bitributação	216
CAPÍTULO 5. O PAPEL DOS COMENTÁRIOS À CONVENÇÃO MODELO DA OCDE NA ATIVIDADE DE INTERPRETAÇÃO	223
5.1. A relevância dos Comentários à CM OCDE	223
5.2. Os Comentários à CM OCDE como “sentido comum” dos termos utilizados no acordo de bitributação – artigo 31(1) da CVDT.....	226
5.3. Os Comentários à CM OCDE como “sentido especial” dos termos utilizados no acordo de bitributação – artigo 31(1) da CVDT.....	228
5.4. Os Comentários à CM OCDE como contexto do acordo de bitributação – artigo 31 (2) e (3) da CVDT	229
5.5. Os Comentários à CM OCDE como meios suplementares de interpretação – artigo 32 da CVDT	234
5.6. Os Comentários à CM OCDE como materiais vinculantes por aquiescência (“<i>acquiescense</i>”) ou por preclusão (“<i>estoppel</i>”.....	237
5.7. Comentários à CM OCDE como material de peso equivalente à opinião de um especialista em tributação internacional	240
5.8. Os Comentários à CM OCDE posteriores ao acordo de bitributação interpretado.....	242
5.9. A posição adotada neste estudo a respeito da relevância dos Comentários à CM OCDE.....	244

CAPÍTULO 6. ESTRUTURA DOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO.....	249
6.1. Introdução.....	249
6.2. Preâmbulo.....	252
6.3. Artigo 1 – Pessoas visadas	253
6.3.1. Acesso aos benefícios convencionais por “partnerships”	257
6.3.2. Acesso aos benefícios convencionais por fundos de investimento...	257
6.4. Artigo 2 – Tributos visados.....	258
6.5. Artigo 3 – Definições gerais	261
6.6. Artigo 4 – Residente.....	264
6.7. Artigo 5 – Estabelecimento permanente	271
6.8. Artigo 6 – Rendimentos de bens imóveis.....	286
6.9. Artigo 7 – Lucros das empresas.....	289
6.10. Artigo 8 – Transporte marítimo, fluvial e aéreo.....	295
6.11. Artigo 9 – Empresas Associadas.....	298
6.12. Artigo 10 – Dividendos.....	300
6.13. Artigo 11 – Juros	309
6.14. Artigo 12 – Royalties	318
6.15. A regra distributiva específica para serviços técnicos	326
6.16. Artigo 13 – Ganhos de capital	328
6.17. Artigo 14 – Profissionais independentes	336
6.18. Artigo 15 – Profissões dependentes (rendimentos de emprego).....	340
6.19. Artigo 16 – Remuneração de diretores	347
6.20. Artigo 17 – Artistas e Desportistas.....	350
6.21. Artigo 18 – Pensões.....	359
6.22. Artigo 19 – Funções públicas	363
6.23. Artigo 20 – Estudantes	366
6.24. Artigo 21 – Outros rendimentos	369
6.25. Artigo 22 – Tributação do capital.....	372
6.26. Artigo 23 – Método para eliminação da dupla tributação	373
6.26.1. Método da isenção.....	373
6.26.2. Método do crédito	375
6.26.3. Tax sparing e matching credit.....	376
6.27. Artigo 24 – Não discriminação	378
6.28. Artigo 25 – Procedimento amigável	391
6.29. Artigo 26 – Troca de informações	392
6.30. Artigo 27 – Assistência na cobrança de tributos	398

6.31. Artigo 28 – Membros de missões diplomáticas e cargos consulares	399
6.32. Artigo 29 – Limitação de benefícios	400
6.32.1. A cláusula de LOB.....	401
6.32.2. A cláusula de estabelecimento permanente em terceiros Estados ...	404
6.32.3. A cláusula de PPT	405
6.32.4. A regra suplementar para “ <i>conduit arrangements</i> ”	408
6.33. Artigo 30 – Extensão territorial	409
6.34. Artigo 31 – Entrada em vigor	409
6.35. Artigo 32 – Extinção (denúncia)	410
 CAPÍTULO 7. DIVERGÊNCIAS ENTRE OS ESTADOS E O PROCEDIMENTO AMIGÁVEL	413
7.1. Introdução.....	413
7.2. Procedimento amigável	415
7.3. A regulamentação do procedimento amigável na Instrução Normativa RFB nº 1.846/2018	423
7.4. Procedimento amigável e arbitragem.....	424
 BIBLIOGRAFIA.....	429
Publicações.....	429
Relatórios.....	460